

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 160.177 - RJ (2018/0201816-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA 53ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO - RJ**
INTERES. : **SERGIO LUIZ PEREIRA DA SILVA**
ADVOGADO : **FERNANDO SOARES DE ASSIS - RJ044795**
INTERES. : **COMPANHIA MUNICIPAL DE ENERGIA E ILUMINACAO - RIOLUZ**
ADVOGADO : **HUMBERTO RIBEIRO CABRAL DOS SANTOS MENEZES - RJ160876**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DA 53ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO - RJ, suscitado, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer e de Pagar proposta por SÉRGIO LUIZ PEREIRA DA SILVA, em desfavor da COMPANHIA MUNICIPAL DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO – RIOLUZ, na qual objetiva que ré pague o Adicional de Periculosidade, a partir de agosto de 2012, incidente também sobre as parcelas que compõem o salário, "principalmente sobre a PARC.PEC RETRIB D18723, EE CONF D14487 RIOLUZ, TRIÊNIO e DIR PESSOAL INDIRETA" (fls. 08/11e).

A demanda foi originariamente distribuída ao JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO - RJ, que declinou da competência (fl. 54e), e enviou os autos à Justiça Especializada, nos seguintes termos:

"Pretende a parte autora a execução de sentença proferida pela 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, nos autos do processo de nº 0019600-18.2008.5.01.0052, proposta pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO - SINTERGIA em face da COMPANHIA DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO - RIOLUZ.

Cuidando-se de sentença proferida em ação civil coletiva são aplicáveis as normas jurídicas que disciplinam o sistema das ações coletivas (artigos 129, III, e 134, da CF de 1988 c/c as Leis 4.717/65, 7.347/85 e 8.078/90).

Nesse sentido, a competência para a execução caberá ao juízo de liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual, ou, ainda ao juízo da ação condenatória, quando a execução se processar na forma coletiva (art. 98, § 2º, I e II, da Lei 8.078/90).

Na espécie, a ação condenatória foi proposta pelo sindicato

profissional perante a Justiça do Trabalho. Assim, nos termos do artigo 516, inciso II do Código de Processo Civil, a competência para a execução será daquele que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição" (fl. 54e).

Remetidos os autos ao JUÍZO DA 53ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ, foi suscitado o presente Conflito de Competência, por "se tratar de relação de natureza administrativa, regida pelo regime estatutário, e não de execução de sentença de ação coletiva julgada pela Justiça do Trabalho, sendo, portanto, esta Especializada incompetente para processar e julgar o presente feito" (fl. 42e).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO - RJ, ora suscitado (fls. 62/68e).

De início, **conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.**

Em face do advento da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para conhecer das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, passou a ser da Justiça do Trabalho.

O STF, porém, ao analisar a questão nos autos da ADIn 3.395/DF, em 05/04/2006, referendou liminar anteriormente concedida, que **suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a competência para apreciar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.**

Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum Estadual ou Federal, conforme o caso, ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça Laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "ao examinar a Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395, **não excluiu da Justiça Trabalhista a competência para apreciar relação jurídica entre o Poder Público e servidor regida pela Consolidação das Leis do Trabalho**" (STF, Rcl 8406 AgR-segundo, Relator Min. MARCO AURÉLIO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 29-05-2014).

Outrossim, a definição da competência jurisdicional se dá em razão dos elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai

sua competência, esta relacionada com a fundamentação jurídica.

In casu, trata-se de Ação de Obrigação de Fazer e de Pagar proposta por SÉRGIO LUIZ PEREIRA DA SILVA, em desfavor da COMPANHIA MUNICIPAL DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO – RIOLUZ, na qual objetiva que ré pague o **Adicional de Periculosidade**, a partir de agosto de 2012, também sobre as parcelas que compõem o salário, "principalmente sobre a PARC.PEC RETRIB D18723, EE CONF D14487 RIOLUZ, TRIÊNIO e DIR PESSOAL INDIRETA" (fls. 08/11e).

Assim, consoante bem destacou o **Parquet** Federal, a demanda em exame possui natureza de Ação de Obrigação de Fazer e de Pagar, **não se tratando de mera Execução de título executivo judicial formado nos autos do proc. n. 0019600-18.2008.5.01.0052, da 52ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro**, como alegado pelo Juízo suscitado.

O que se verifica da leitura da inicial, é que o autor utiliza-se do entendimento firmado na referida demanda trabalhista como fundamentação jurídica, buscando que o mesmo direito reconhecido naquela demanda - de que o Adicional de Periculosidade seja pago não só sobre os vencimentos básicos, mas sim sobre a remuneração integral - seja assegurado a ele.

Outrossim, cumpre observar que a **Lei Municipal 1.561, de 13/02/90**, que autorizou a criação da Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ, sob a forma de sociedade anônima e concessionária de serviço público, extinguindo a antiga Comissão Municipal de Energia do Estado do Rio de Janeiro, determinou que todos "**os ocupantes dos cargos públicos efetivos do Quadro Permanente da Comissão Municipal de Energia, na data da publicação desta Lei, passarão a compor o Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta do Município**" e que "**os ocupantes dos cargos referidos no § 1º serão automaticamente cedidos à Riolut**", além de dispor, no parágrafo único do seu art. 8º, que "**o pessoal da Companhia será regido pela Legislação trabalhista**".

No caso em exame, as provas juntadas evidenciam que o autor é **servidor público estatutário** integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta do Município do Rio de Janeiro, que foi decido à RIOLUZ, por força do § 2º, do art. 6º, da Lei Municipal 1.561/90, o que é confirmado pela contestação, segundo a qual "**o autor é servidor do Município do Rio de Janeiro desde 1989, em que pese ser designado pelo Município para estar na Riolut em 1998, nos interesse do referido ente, estando vinculado ao regime do cargo público, isto é, seu diploma legal não é a CLT, mas sim o Estatuto dos Servidores Públicos do Município do Rio de Janeiro** e, conseqüentemente, é remunerado e vinculado ao Município do Rio de Janeiro. O autor foi admitido sem concurso público antes de 1988 pela extinta autarquia chamada CME - Comissão Municipal de Energia, porém por conta de requerimento com base na Lei Municipal 1224/1988, regulamentada pelo Decreto 8092 de 02/09/1988, **foi transposto**

para o Regime Jurídico Único do Município do Rio de Janeiro, ou seja, passando a ser Servidor Público Municipal, não estando mais sujeito à CLT. Nunca foi empregado da Riolut, apesar de, em 1998, o Município tê-lo cedido à Riolut, atuando nos interesses da Administração Direta" (fl. 17e).

Contudo, nos termos da inicial, a causa de pedir não decorre da relação estatutária mantida com a edilidade e os pedidos deduzidos de percepção do Adicional de Periculosidade incidente sobre a integralidade da remuneração foram formulados em razão do vínculo surgido com a cessão do servidor à empresa pública, que se submete aos regramentos da CLT e por certo atrai a competência da Justiça Laboral para processamento e julgamento da presente demanda.

Nesse sentido, assim já decidiu esta Corte, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO CEDIDO PARA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CAUSA DE PEDIR ALHEIA À RELAÇÃO JURÍDICA ESTATUTÁRIA TRAVADA COM A UNIÃO. ALEGADOS DANOS MATERIAIS E MORAIS QUE GUARDAM PERTINÊNCIA COM A RELAÇÃO DE TRABALHO SURGIDA COM A CESSÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. A hipótese dos autos cuida de ação de indenização movida por servidor público estatutário objetivando o ressarcimento de danos materiais e morais sofridos no período em que esteve cedido à empresa pública, por condutas atribuídas exclusivamente a esta.

2. A causa de pedir da ação de indenização não decorre da relação estatutária mantida com a União, mas sim do vínculo surgido com a cessão do servidor à empresa pública. Sendo o respectivo regime submetido aos regramentos da Consolidação das Leis do Trabalho, a lide deve ser solvida pela Justiça Laboral. Precedente.

3. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça do Trabalho" (STJ, CC 126.220/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 08/03/2016)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CEDIDO TEMPORARIAMENTE A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL REFERENTE AO PERÍODO DA CESSÃO.

1. Servidores públicos cedidos temporariamente pela Administração Direta a empresa pública ou sociedade de economia mista, cumulam seus direitos estatutários da pessoa jurídica cedente, com os trabalhistas da pessoa jurídica cessionária, enquanto durar a cessão.

2. Buscando a ação tão somente o reconhecimento do direito à

equiparação salarial com os funcionários da CASAN, sociedade de economia mista estadual, com idênticas atribuições funcionais, durante o período da cessão, é a Justiça do Trabalho competente para processar e julgá-la.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o suscitado" (STJ, CC 23.561/SC, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, TERCEIRA SEÇÃO, Dju de 11/12/2000, p. 170).

No mesmo sentido, monocraticamente, STJ, CC **157.032/RS**, rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 04/05/2018.

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o **JUÍZO DA 53ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ**, ora suscitante, para o processamento e julgamento da presente demanda.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora